

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO DE 2 TÉCNICOS
SUPERIORES - ÁREA DE ARQUITETURA - DDEOT Referência B

AVISO NÚMERO DOIS

CONVOCATÓRIA PARA A REALIZAÇÃO DO MÉTODO DE SELEÇÃO - PROVA DE CONHECIMENTOS

Para os devidos efeitos e para cumprimento do disposto no artigo 24º da Portaria n.º.125-A/2019, de 30 de Abril, **CONVOCAM-SE** os candidatos admitidos ao procedimento concursal acima mencionado, constantes do AVISO N.º UM para a realização do método de seleção - **Prova de Conhecimentos**, vai ter lugar no dia **10 de fevereiro**, pelas **10h 30m**, nas salas **6, 7, 14 e 20**, da **ESTGV - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu**, Av. Cidade Politécnica, sendo necessário a presença dos candidatos com 20 minutos de antecedência.

CANDIDATOS A CONVOCAR:


- Ana Carolina Simões da Silva;
- Ana Catarina Leonardo Figueira;
- Ana Catarina Tiago de Almeida;
- Ana Cristina Machado Blanco Gonçalves;
- Ana Margarida Ferreira Vaz;
- Ana Margarida Pires Gil de Oliveira;
- André Alexandre da Silva Valente;
- António Alberto Lopes Fernandes Duarte Correia;
- Armando Martins Barroso;
- Benjamim Fernandes Pereira;
- Carla Isabel Marques Ferreira;
- Carlos Manuel Gaspar;
- Carolina de Sousa Correia de Carvalho;
- Cláudia Patrícia Mendes Serra;
- Cristina Isabel Lima Cardoso; *
- Daniel Ângelo Cunha Soares Santos Amaral;
- Daniela Alexandra Nogueira Santos;
- Diana Alexandra de Oliveira Branco;
- Ester Filipe Paulo;

- Fábio Amaro de Melo;
- Filipe Jakoubek Garcia da Costa;
- Helena Peres Merca Guerreiro Teles de Melo Magalhães;
- Inês Pimentel Ferreira de Cabral Sacadura;
- João André Guardado Marques;
- João Carlos Carvalho Neves;
- Jorge Miguel da Silva Oliveira;
- José Carlos Rodrigues Ferreira Pinho;
- Liliana Cristina D'Almeida Ramos;
- Loriane Rodrigues Freire;
- Luís Filipe Ferreira de Oliveira Gonçalves;
- Margarida Sofia do Amaral Henriques;
- Maria João Rodrigues e Frias Batista;
- Marta Alexandra Rodrigues Lourenço;
- Miguel Saraiva Rebelo Boal Paixão;
- Paulo Jorge Esteves Lopes; * a)
- Pedro Manuel Soares Esteves; *
- Pedro Miguel Marques Monteiro;
- Renato Fernando Rodrigues Rebelo; *
- Ricardo Daniel Lopes da Costa;
- Rita Joana Gouveia Monteiro;
- Sandra Cristina Dias Dinis;
- Sandra Martins Figueiredo;
- Sara Borges Matias;
- Sílvia Margarida Nunes Ferraz Borges;
- Tânia José Tomaz Cabral;
- Tiago Bento e Castro.

Referência B:

A **Prova de Conhecimentos (PC)** visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função. Assumirá a natureza escrita, terá a duração de 90 (noventa) minutos, valorada numa escala de 0 a 20 valores, de carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores. Versará sobre os seguintes temas e legislação:

- Código do Procedimento Administrativo - Decreto-lei nº.4/2015, de 7 de janeiro;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei nº.35/2014, de 20 de junho;
- Regulamento do PDMV, publicado em Diário da República, 2ª. Série nº.188, de 30 de setembro de 2013;
- Decreto-lei nº.38 382/1951, de 7 de agosto (RGEU);
- Lei nº.31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU);


- 
- Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJGT);
 - Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE);
 - Decreto-lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterada pelo Decreto-lei n.º 199/2015, de 16 de setembro (RJRN);
 - Decreto-lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2012, de 2 de novembro (RJREN);
 - Lei n.º 168/99, de 18 de setembro - Código das Expropriações;
 - Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio;
 - Decreto-Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio;
 - Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto;
 - Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho;
 - Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;
 - Decreto-Lei n.º 9/2007, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 01 de agosto (RGR);
 - Decreto-lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-lei n.º 96/2008, de 9 de junho (RRAE);
 - Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 73/2015, de 11 de maio (SIR);
 - Decreto-lei n.º 80/2017, de 30 de junho (RJET);
 - Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação (RJRU);
 - Decreto-lei n.º 220/2008, de 12 de novembro (RJSCIE);
 - Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação (Sistema nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios);
 - Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural).

NOTA: A legislação indicada é a que se encontra publicada e ou em vigor na presente data. Qualquer alteração legislativa poderá ser considerada pelo Júri, aquando da elaboração do enunciado da prova, cabendo aos candidatos proceder, por sua iniciativa, às atualizações que se vierem a revelar necessárias. É permitida a consulta da legislação simples, não anotada. Não é permitida a consulta de bibliografia ou outras fontes de informação em sede de prova de conhecimentos, bem como a utilização de equipamentos tecnológicos.

Os candidatos deverão comparecer com a antecedência de 20 minutos, na posse de documento de identificação: Bilhete de Identidade e/ou Cartão de Cidadão, sob pena de lhes ser vedada a realização da prova.

Em 30 de janeiro 2020

O Presidente do júri;



José Mário Janeiro Figueiredo